

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento das disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos, informando ainda que, todos os documentos contabilísticos suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Ativo	Nota explicativa	2015	2014
Circulante		5.386.696	2.685.867
Disponibilidades		102.502	35.769
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.884.615	1.101.455
Aplicações em depósito aberto		1.736.634	819.128
Aplicações em outros interfinanceiros		147.981	282.327
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		20.777	328.273
Carteira própria	6.a	552	168.136
Vinculados à prestação de garantias	6.b	12	154.583
Instrumentos financeiros derivativos	6.d	20.225	23.824
Relações interfinanceiras		1.186.381	14.548
Relações com o Banco Central		1.186.381	14.548
Depósitos no Banco Central		1.186.381	14.548
Repasses interfinanceiros		7	1.178.707
Operações de crédito		8	1.340.185
Setor privado		1.345.334	668.259
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.149)	(5.211)
Outros créditos		85.845	54.798
Carteira de câmbio	9	850.468	537.367
Rendas a receber		1.349	781
Diversos	10	1.126	4.915
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(1.600)	(1.265)
Ativos não classificados	11	662	40
Despesas antecipadas		662	40
Imóveis não de uso próprio		200	200
Material em estoque		200	286
Realizável a longo prazo		2.562.678	2.955.695
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	25.833	27.290
Aplicações em depósitos interfinanceiros		25.833	27.290
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		664.412	512.124
Carteira própria	6.a	166.767	326.985
Vinculados à prestação de garantias	6.d	418.254	185.139
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	79.391	—
Relações interfinanceiras		262.474	1.062.390
Relações com o Banco Central		262.474	1.062.390
Depósitos no Banco Central		262.474	1.062.390
Repasses interfinanceiros		8	1.530.478
Setor privado		1.530.478	1.271.363
Outros créditos	10	79.478	82.521
Diversos		79.478	82.521
Outros valores e bens	11	3	—
Despesas antecipadas		3	—
Permanente		7.374	5.598
Investimentos		122	25
Participações em controladas		—	—
No País	12	—	—
Outros investimentos		122	25
Imóveis não classificados	13	4.371	2.771
Outras imobilizações de uso próprio		8.012	7.039
Depreciações acumuladas		(3.634)	(4.267)
Diferido		154	7
Gastos de organização e expansão		154	1.652
Amortizações acumuladas		(1.598)	(1.645)
Intangível		8.984	8.483
Ativos intangíveis		8.984	8.483
Amortizações acumuladas		(6.164)	(5.689)
Total do ativo		7.956.748	5.647.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2015
(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2º Semestre 2015	Exercício 2015	2014
Receitas da intermediação financeira		290.548	1.086.770	494.949
Operações de crédito	21.a	290.548	449.969	180.661
Resultados de operações com títulos e valores mobiliários		—	—	—
Resultado de operações de câmbio	21.b	133.201	260.302	195.759
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.b/21.c	38.512	105.237	9.931
Despesas da intermediação financeira		(536.893)	(873.045)	(426.536)
Operações de captação no mercado	21.e	(103.950)	(180.681)	(129.446)
Operações de empréstimos e repasses	21.f	(431.638)	(692.091)	(295.840)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.e	(1.305)	(273)	(1.244)
Resultado bruto da intermediação financeira		104.704	213.725	68.419
Outras receitas (despesas) operacionais		(27.679)	(75.320)	5.244
Receitas de prestação de serviços	21.g	14.498	23.727	19.049
Despesas de pessoal	21.h	(22.825)	(42.419)	(35.644)
Outras despesas administrativas	21.i	(13.114)	(22.959)	(17.589)
Despesas tributárias	21.j	(5.827)	(9.849)	(6.606)
Resultado de participações em coligadas e controladas	12	—	—	72
Outras receitas operacionais	21.k	14.428	21.759	85.089
Outras despesas operacionais	21.l	(14.839)	(45.579)	(38.847)
Resultado operacional		77.025	138.405	73.943
Resultado não operacional		20	138	137
Resultado antes da tributação social		77.045	138.543	74.080
Imposto de renda e contribuição social		(9.121)	(29.544)	(29.866)
Imposto de renda		(3.594)	(12.541)	(13.016)
Contribuição social		(2.970)	(8.311)	(7.828)
Ativo fiscal diferido - IR e CS	20.b	(2.557)	(8.692)	(9.022)
Participações estatutárias		(763)	(1.425)	(1.011)
Lucro líquido do semestre/exercícios		67.161	107.574	43.203
Lucro sobre capital próprio		667.806	667.806	667.806
Quantidade de ações		100.57	161.09	64.69
Lucro por lote de mil ações - R\$		6.772	6.616	6.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2015	Exercício 2015	2014
Fluxo de caixa de atividades operacionais	77.045	138.543	74.080
Fluxo líquido no semestre/exercícios antes da tributação e das participações estatutárias	77.045	138.543	74.080
Fluxo líquido proveniente das atividades operacionais antes do fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	610	1.169	745
Provisão para contingências	4.037	7.109	771
Equivalência patrimonial	—	—	(73)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.305	273	1.244
Participações estatutárias	(2.087)	(1.425)	(1.011)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(9.121)	(29.545)	(29.866)
Fluxo líquido antes das mudanças no capital de giro	71.789	116.124	45.899
Variação de ativos e passivos:			
(Aumento) Redução de aplicações de dívida subordinada elegíveis a capital	118.076	135.803	(211.905)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários	(43.346)	229.550	(30.118)
(Aumento) Redução em relações de crédito	59.792	(371.917)	(512.151)
(Aumento) Redução em outros créditos	(468.843)	(936.190)	(840.830)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1)	(363)	(288)
(Aumento) Redução em depósitos	469.668	585.274	47.612
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	69.779	25.827	(59.219)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	—	3.936	(1.337)
Aumento (Redução) em instrumentos de dívida subordinada elegíveis a capital	—	108	196
Aumento (Redução) em relações interdependências	(4.017)	1.088	(1.268)
Aumento (Redução) em outras obrigações	229.360	418.520	(58.678)
Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(35.263)	(15.438)	44
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	831	1.014	725
Aumento (Redução) ajuste patrimonial títulos e valores mobiliários e CVM 600	2.304	2.453	(1.384)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.927)	(9.969)	(6.016)
Fluxo líquido proveniente das atividades operacionais	211.967	(111.148)	(1.512.035)
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Alienação de investimentos	—	—	1.177
Alienação/aquisição de imobilização de uso (-)	(2.261)	(2.345)	(2.111)
Aquisição de investimentos (-)	—	1	(97)
Aplicações no intangível (-)	(4,67)	(501)	(2.722)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2.607)	(2.943)	(3.656)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	902.444	892.497	1.289.088
Aumento (Redução) instrumentos de dívida subordinada elegíveis a capital	161.216	250.616	62.720
Aumento (Redução) em aplicações de dívida subordinada elegíveis a capital	(44.783)	(44.783)	—
Fluxo líquido proveniente das atividades de financiamento	1.018.877	1.098.330	1.351.808
Fluxo líquido proveniente das atividades de caixa e equivalentes de caixa	1.228.177	984.239	(163.883)
Disponibilidades	58.962	35.769	10.662
Aplicações interfinanceiras de liquidez	541.997	819.128	1.008.118
Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre/exercícios	610.959	854.897	1.018.780
Disponibilidades	102.502	102.502	35.769
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.736.634	1.736.634	819.128
Caixa e equivalentes a caixa no fim do semestre/exercícios	1.839.136	1.839.136	854.897
Caixa e equivalentes a caixa no fim do semestre/exercícios	1.839.136	1.839.136	854.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2013	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial		Outros ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutárias	Próprios	de avaliação patrimonial				
		667.806	798	11.968	(2.036)	712	—	—	678.466	3.988
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		—	—	—	—	560	—	—	560	(1.944)
Ajuste passivos atuariais		—	—	—	—	—	—	—	—	43.203
Lucro líquido do exercício		19.c	—	—	—	—	—	—	43.203	(2.160)
Reserva legal		19.d	—	30.783	—	—	—	—	30.783	(30.783)
Dividendos não distribuídos		19.b	—	—	—	—	—	—	—	(10.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		667.806	2.958	45.937	(1.476)	(1.232)	—	—	713.993	10.260
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		—	—	—	—	984	—	—	984	—
Ajuste passivos atuariais		—	—	—	—	—	—	—	—	1.470
Lucro líquido do exercício		19.c	—	—	—	—	—	—	—	107.574
Reserva legal		19.d	—	3.140	—	—	—	—	3.140	(3.140)
Reserva estatutária		19.b	—	59.651	—	—	—	—	59.651	(59.651)
Juros sobre capital próprio		19.b	—	—	—	—	—	—	—	(44.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		667.806	6.098	115.848	(492)	238	—	—	789.498	789.498
Saldo em 30 de junho de 2015		667.806	4.979	84.992	(1.327)	(1.232)	—	—	755.218	9.597
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		—	—	—	—	835	—	—	835	—
Ajuste passivos atuariais		—	—	—	—	—	—	—	—	1.470
Lucro líquido do semestre		19.c	—	—	—	—	—	—	—	67.161
Reserva legal		19.d	—	1.119	—	—	—	—	1.119	(1.119)
Reserva estatutária		19.b	—	21.259	—	—	—	—	21.259	(21.259)
Juros sobre capital próprio		19.b	—	—	—	—	—	—	—	(44.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		667.806	6.098	115.848	(492)	238	—	—	789.498	789.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco") está constituído como banco múltiplo, operando as carteiras comercial, inclusive operações de câmbio, de investimento, nos termos da Resolução nº 1.524/88 do Conselho Monetário Nacional - CMN. O Banco é responsável pela administração dos fundos de investimento cujo patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2015, somavam R\$ 376.608 (R\$ 247.646 em 2014). Em 18 de janeiro de 2012, o Banco recebeu autorização do Banco Central do Brasil para a instalação de uma agência nas Ilhas Cayman. A documentação de aprovação para a instalação da agência foi emitida em 08 de janeiro de 2013. O Banco iniciou efetivamente as atividades operacionais na agência em setembro de 2013. Os saldos contábeis das dependências no exterior estão contemplados nas demonstrações financeiras.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações e das disposições e passivos, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados. Os pronunciamentos contábeis aprovados pelo Banco Central do Brasil são: Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01); Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03); Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação de partes relacionadas (CPC 05); Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); Resolução CMN nº 3.937/11 - Fidejussões (CPC 24); Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10); Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23); Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (AR1); Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a empregados (CPC 33). A autorização para emissão das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2015 foi concedida pela Diretoria em 24 de janeiro de 2016.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Banco adota as seguintes principais práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações financeiras: **a. Apreciação do**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

a. Por vencimento:

	2015	2014
A vencer:		
Até 30 dias	266.374	193.603
De 31 a 60 dias	193.346	61.626
De 61 a 90 dias	204.768	269.920
De 91 a 180 dias	249.736	314.277
De 181 a 360 dias	789.645	1.356.242
Acima de 360 dias	1.543.484	2.200.666
Vencidas		
Total	3.247.353	2.396.334

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 31 de dezembro de 2015 representam 86,18% da carteira de crédito (84,55% em 2014), no montante de R\$ 2.798.610 (R\$ 2.026.071 em 2014). **c. Por nível de risco ("rating"):**

Nível de risco	Taxa de provisão %	Total das operações	Carteira constituída	Provisão constituída		
AA	3,151.042	97%	5.295	2.069.228	86	3.310
A	0,5	49	0%	230.447	10	1.958
B	1,0	96,262	3%	96.659	4	1.208
Total	3.247.353	100%	6.749	2.396.334	100	6.476

Setor privado:

	2015	2014
Indústria	3.074.896	2.190.576
Comércio	150.676	204.197
Outros serviços	21.542	1.508
Pessoas físicas	49	53
Total	3.247.353	2.396.334

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2015	2014
Saldo inicial	6.476	5.232
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.639)	(3.280)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.912	4.524
Saldo final	6.749	6.476

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houveram operações renegociadas (R\$ 784 em 2014).

9. CARTEIRA DE CÂMBIO (OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES)

As operações de câmbio estão registradas em contas patrimoniais, conforme segue:

	2015	2014
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	778.565	520.940
Direitos sobre venda de câmbio	71.854	13.200
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(4.245)	(1.123)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 8)	4.294	4.350
Total	850.468	537.367
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	70.050	13.466
Obrigações por compra de câmbio	685.188	460.547
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 8)	(366.536)	(452.371)
Total	388.702	217.322

14. DEPÓSITOS

Composição por vencimento em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

Descrição	2015		2014	
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos em moeda estrangeira
Sem vencimento	102.712	-	-	-
Até 30 dias	-	57.802	-	-
De 31 a 60 dias	-	19.755	-	-
De 61 a 90 dias	-	141.036	-	-
De 91 a 180 dias	-	98.200	-	-
De 181 a 360 dias	-	662.656	-	-
Acima de 360 dias	-	652.086	52.321	-
Total	102.712	1.637.535	52.321	-

A carteira de depósitos a prazo foi classificada no passivo circulante, em virtude de estarem em sua totalidade, registrada no Cetip S.A. - Mercados Organizados com cláusula de resgate antecipado.

15. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	2015	2014
Carteira terceiros		
Letras do Tesouro Nacional	94.250	94.250
Total	94.250	94.250

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo acionista Sumitomo Mitsui Banking Corporation, com segue: **a. Obrigações por empréstimos no exterior:** O saldo em 31 de dezembro de 2015 de US\$ 413.361 (US\$ 191.970 em 2014) é composto por financiamentos às exportações e importações, com vencimentos até 30 de setembro de 2016, sujeitos às taxas de juros de até 0,96% a.a., acrescidos de variação cambial para essas operações. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.613.843 (R\$ 510.444 em 2014). **b. Obrigações por repasses do exterior:** Os repasses do exterior, em 31 de dezembro de 2015, correspondem a US\$ 546.256 (US\$ 893.112 em 2014). Tais obrigações, convertidas à taxa oficial de compra no fim do período, são regidas pela Resolução CMN nº 3.844/00 e estão sujeitas às taxas de juros que variam de 0,67% a.a. até 1,83% a.a., acrescidos de variação cambial, com prazos de liquidação entre 1 e 60 meses. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.232.689 (R\$ 2.371.748 em 2014). **c. Obrigações por repasses no país:** Os repasses no país são compostos por financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade EXIM e FINAME, com vencimento até 15 de janeiro de 2024 e taxas de juros de até 6,50% a.a., no montante de R\$ 140.172 (R\$ 108.079 em 2014).

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a. Fiscais e previdenciárias:

	2015	2014
Provisão para imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 20.a)	20.854	20.844
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 18)	8.258	7.923
Imposto Sobre Serviços - ISS	257	160
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre operações de renda fixa	915	235
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.532	672
Programa de Integração Social - PIS	249	109
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.921	9
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	220	189
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	6
PIS Compensação (nota explicativa nº 18)	2.797	2.668
PIS emenda constitucional (nota explicativa nº 18)	2.336	2.129
Impostos e contribuições sobre salários	1.228	1.032
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	435	302
Outros	162	139
Total	47.170	36.147
Passivo circulante	33.780	23.727
Exigível a longo prazo	13.390	12.420

b. Diversas:

	2015	2014
Exigível a longo prazo		
Circulante		
Total	27.450	21.226

18. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAL, CÍVEL E TRABALHISTA

Entre os processos judiciais que envolvem o Banco, há processos de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

Descrição	Provisão		Depósitos judiciais	
	2015	2014	2015	2014
Provisão para riscos fiscais:				
ISS - RJ (a)	-	-	3.572	3.302
ISS - SP (b)	267	231	2.226	2.060
Obrigações legais: Desmutilização Cetip (h)	81	-	-	-
PIS compensação (c)	2.797	2.668	-	-
PIS emenda constitucional (d)	2.336	2.129	1.656	1.502
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e)	7.909	7.292	1.908	1.392
Total	13.390	12.420	15.362	14.256
Provisão para riscos:				
Cíveis (f)	23.917	19.617	710	2.060
Trabalhistas (g)	3.533	1.609	1.800	1.179
Total	27.450	21.226	1.880	1.179
Total de provisões e depósitos judiciais	40.840	33.646	17.242	15.435

a. O Banco possui processos fiscais relacionados a Imposto Sobre Serviços - Rio de Janeiro, onde são cobrados impostos sobre comissões recebidas em operações de empréstimos e repasses originados de receitas registradas sobre a rubrica rateio de resultados internos. A Administração entende, como base na opinião dos seus consultores jurídicos, que as chances de êxito desse processo são possíveis, e portanto não foi efetuado provisionamento, mantendo, entretanto, o depósito judicial, requerido para andamento do processo na esfera jurídica que o montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 3.572 (R\$ 3.302 em 2014). **b. A provisão se refere a uma parte do processo em discussão relacionados a Imposto Sobre Serviços - São Paulo, basicamente, relativa aos serviços de operações de câmbio no período de 2001 a 2003 e garantias prestadas no ano de 2004, onde o Banco entende ser provável o desembolso financeiro. Com relação a parte não provisionada no montante de R\$ 1.830, a administração entende com base na opinião dos seus consultores jurídicos, que as chances de êxito desse processo são possíveis, e portanto não efetuou o provisionamento. O depósito judicial requerido para andamento do processo na esfera jurídica representa o montante de R\$ 2.226 (R\$ 2.060 em 2014). Referência ao processo de solicitação de créditos do Programa de Integração Social - PIS que vem sendo solicitada judicialmente relativa a glosa efetuada pela Receita Federal do Brasil de créditos compensados e não homologados. Os valores provisionados compreendem aos períodos que abrangem de setembro de 2002 a dezembro de 2003. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 2.797 (R\$ 2.668 em 2014). **d.** O Banco possui processos relativos ao PIS anterioridade EC 10/96 e 17/97, onde vinha discutindo a inconstitucionalidade dos tributos. Em dezembro de 2014, o Banco reverteu o montante de R\$ 1.580 referente ao processo relativo à EC 17/97, em virtude do arquivamento do processo administrativo por decadência, ficando provisionado somente os valores referentes aos honorários dos advogados, os quais serão atualizados e pagos quando do julgamento do Supremo Tribunal de Justiça. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 2.336 (R\$ 2.129 em 2014). **e.** O Banco questiona a majoração de alíquotas de 18%**

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Estão representados pelos valores a seguir:

	2015	2014
Crédito tributário - Base negativa IR e CSL (vide nota explicativa nº 20.b)	50.111	58.803
Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa nº 18)	17.242	15.435
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	11.986	8.033
Outros créditos tributários (vide nota explicativa nº 20c)	819	4.445
Outros	446	720
Total	80.604	87.436
Ativo circulante	1.126	4.915
Realizável a longo prazo	79.478	82.521

11. OUTROS VALORES E BENS

Estão representados pelos valores a seguir:

	2015	2014
Bens não de uso próprio	200	200
Material em estoque	819	4.445
Despesas antecipadas	391	293
Total	896	533

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco tem registrado como Bens Não de Uso próprio o imóvel recebido em garantia, ficando nas operações de recuperação e renegociação de dívida, conforme adjudicação datada de 30 de abril de 2014.

12. INVESTIMENTOS

Em 28 de novembro de 2014 foi encerrada as atividades da BSMB Consultoria Ltda ("BCC"), constituída em 1º de julho de 2008, cujo capital social, totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 800 e estava dividido em 1.000 cotas com valor nominal de R\$ 800 (oitocentos reais) cada uma. O Banco participava com 99,9% do total do capital social. A BCC tinha por objeto social: (a) a exploração do ramo de atividade de planejamento, elaboração, execução e assessoria técnico-financeira em projetos de energia e de redução de emissão de gases de efeito estufa; (b) serviços de intermediação, corretagem, mediação e gerenciamento de serviços e negócios que envolviam o mercado de créditos de carbono. O valor do patrimônio transferido para o Banco por ocasião do encerramento foi de R\$ 1.178, sendo R\$ 72 referente ao resultado do exercício de 2014 acrescido de R\$ 1.106 do valor do investimento de 2013.

13. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está assim representado:

Descrição	2015		2014	
	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Sistema de processamentos de dados	20	4.409	(1.613)	2.796
Móveis e equipamentos de uso	10	1.603	(795)	808
Sistema de comunicação	10	125	(72)	53
Sistema de segurança	10	298	(81)	17
Sistema de transporte	20	1.577	(873)	704
Total	8,012	(3.634)	(4.378)	2.772

O aumento no ativo imobilizado no exercício deve-se, principalmente, ao fato do Banco tendo encerrado suas dependências, vindo a ocupar mais um conjunto no seu atual endereço.

para 30% referente ao ano de 1996 e a determinação da base de cálculo da contribuição social. Foi constituída provisão relativa ao diferencial resultante a menor em virtude das matérias em discussão judicial. De acordo com a opinião dos consultores jurídicos as chances de perda relacionada a esta discussão judicial é possível. Por decisão da administração foi constituído provisão, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 7.990 (R\$ 7.992 em 2014). **f.** A provisão refere-se basicamente a processos de expurgos inflacionários sobre operações de depósitos a prazo, em que há probabilidade de desembolso financeiro. A Administração, consoante a sua opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são adequados. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 23.917 (R\$ 19.617 em 2014). **g.** A provisão refere-se a ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida em primeira instância em vara trabalhista. A Administração, consoante a sua opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 3.533 (R\$ 1.609 em 2014). **h.** O Banco contabilizou o valor referente à parcela do processo em andamento referente à parcela que considera como perda provável sobre a desmutilização das ações do Cetip no valor de R\$ 81.

Movimentação das provisões e das obrigações legais:

	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.420	1.009	19.617	33.646
Constituição de provisão	262	1.926	-	2.188
Atualização monetária	708	148	4.300	5.156
Reversões operacionais	-	-	-	-
Baixas por pagamento	-	(150)	-	(150)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.390	3.533	23.917	40.840

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2015 está representado por ações ordinárias, no valor de R\$1,00 cada uma, assim distribuídas:

	Quantidade de ações (mil)
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão)	667.806
Acionistas domiciliados no País	667.807

b. Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto social. Em 31 de dezembro de 2015 não tivemos destacado o valor de dividendos, no valor de R\$ 21.650, uma vez que os mesmos foram imputados no valor de juros de capital próprio pago no ano, no montante total de R\$ 44.783. O montante destacado no exercício de 2014 foi de R\$ 10.260. Por decisão dos acionistas, o valor dos dividendos relativo ao ano de 2014, não foi pago e foi revertido contra o saldo das reservas do Banco no ano de 2015. **c. Reserva legal:** A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária: A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O saldo remanescente no valor de R\$ 115.848 (R\$ 45.934 em 2014) será transferido para o exercício seguinte, ou terá a destinação que for proposta pela Diretoria, "ad referendum" da assembleia geral. Nesses valores já estão contemplados os valores de reversão de dividendos conforme item "b" desta nota.

20. DIVIDENDOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Resultado de 2015 e de 2014, a despesa com imposto de renda e contribuição social assim apurada:

	2015	2014
Imposto de renda		
Contribuição social		
Total	2.542	1.412

Resultado antes da tributação após participações

Reversão de provisões de passivos contingentes	-	(2.061)	(2.061)
Provisão de passivos contingentes	7.344	7.344	3.305
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.158	1.158	(1.607)
Provisões temporárias	912	912	999
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(11.159)	(11.159)	4.318
Ajuste a valor de mercado de operações "hedge accounting"	(2.148)	(2.148)	-
Despesas não dedutíveis	1.824	400	1.322
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(72)
Outras exclusões (i)	(17.299)	(17.299)	(3.709)
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(21.890)	(21.463)	(22.669)
Lucro tributável	51.077	50.080	52.894
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3.n)	7.661	-	7.935
Adicional de imposto de renda - 10% (nota explicativa nº 3.n)	5.084	-	5.266
Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)	(135)	-	(114)
Contribuição Lei Rouanet	(6)	-	(6)
Lei Empresa Cidadã	(8)	-	(10)
Contribuição social - 15% (nota explicativa nº 3.n)	-	8.312	-
Total	12.542	8.312	13.016

(i) Refere-se à variação cambial de investimentos no exterior, cujo montante já foi considerado para fins de imposto, no resultado de equivalência patrimonial.

b. Créditos tributários: Os créditos tributários foram constituídos em 30 de junho de 2014 no valor de R\$ 76.113 tornando-se por base o total de prejuízo fiscal de base negativa de contribuição social. A Administração entende que esses créditos tributários serão passíveis de compensação no prazo de até 10 anos. Esses valores encontram-se apresentados na rubrica "Outros créditos - diversos".

1. Composição do crédito tributário em 31/12/2015:

Composição do crédito tributário	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo fiscal	31.487	36.960
Base negativa de contribuição social	18.624	21.843



SMBBC

BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.

C.N.P.J. 60.518.222/0001-22
 Associado ao SUMITOMO MITSUI BANKING CORPORATION
 Tokyo - Japão - Sede: Avenida Paulista nº 37 - 11º e 12º andares - São Paulo
 Fax nº 0xx11 - 3178-8194 - Telefone: 0xx11 - 3178-8000
 Ouvidoria: 0800.722.2762 - Sac: 0800.722.0248
www.smbcgroup.com.br

RELATÓRIO SEMESTRAL DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução: De acordo com o estabelecido em seu Regulamento, compete ao Comitê de Auditoria ("Comitê") zelar pela qualidade e integridade das Demonstrações Contábeis do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** (doravante Banco), pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e compliance, dos assessores jurídicos do Banco e nas suas próprias análises. A KPMG Auditores Independentes é a empresa de auditoria independente contratada para o exame das Demonstrações Contábeis do Banco, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e instruções do Banco Central do Brasil. A Auditoria Interna tem sua atuação voltada para temas que representam potencial de risco mais elevado e para a avaliação dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos, oferecendo, ao Comitê, uma visão crítica da qualidade dos processos e do monitoramento dos riscos. **Atividades do Comitê:** O Comitê reuniu-se em 17 de agosto de 2015 e em 30 de dezembro de 2015. Na reunião de

30 de dezembro de 2015, foram analisadas as Demonstrações Contábeis referentes ao semestre findo em 31/12/2015, bem como o Relatório referente à Resolução 2.682, e Circular 3.467, ambos referentes ao segundo semestre de 2015. **Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas:** Os relatórios semestrais requeridos pelos reguladores e preparados pelo Corporate Affairs & Compliance department concluíram que o Sistema de Controles Internos do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**, está adequadamente estruturado para garantir o efetivo gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros. Dentre os apontamentos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela auditoria externa e pelo Corporate Affairs & Compliance department não indicaram descumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem colocar em risco a continuidade das operações do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** O sistema de controles internos do Banco vem sendo aprimorados continuamente e os procedimentos já implementados, bem como aqueles ainda em fase de implantação, são compatíveis com o porte e a complexidade das operações. **Auditoria Externa:** O Comitê mantém, diretamente e/ou indiretamente através de seu Membro Técnico, um canal de comunicação regular com os auditores externos para ampla

discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das Demonstrações Contábeis e relatórios financeiros. Os trabalhos desenvolvidos pela auditoria externa foram analisados em seus aspectos relativos ao desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, à elaboração e entrega de relatórios, à independência dos auditores e ao seu relacionamento com a Administração do Banco e com o próprio Comitê. As avaliações foram aprovadas na reunião do dia 30 de dezembro de 2015. Com base na avaliação procedida e nas informações fornecidas pela própria KPMG Auditores Independentes, o Comitê não identificou situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria externa. O Comitê avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela auditoria externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das Demonstrações Contábeis. **Auditoria Interna:** O planejamento estratégico e tático da Auditoria Interna e a análise dos aspectos relativos à estrutura, recursos, desenvolvimento profissional, responsabilidades, independência, objetividade, execução e conclusão dos trabalhos foi analisado pelo Comitê de Auditoria. O resultado desse processo não trouxe, ao Comitê, preocupações no tocante aos pontos examinados. A Auditoria Interna através de seus relatórios, não trouxeram ao

conhecimento do Comitê, a existência de riscos residuais que pudessem afetar o grau de solidez e a continuidade das operações do Banco. **Demonstrações Contábeis:** O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas. Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Banco na elaboração das Demonstrações Contábeis, verificando-se que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e instruções do Banco Central do Brasil. **Conclusão:** Este Comitê, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas e ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das Demonstrações Contábeis, auditadas do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A., referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016
 TAKAAKI OTANI
 ROBERTO ISAMU ONO
 ROBERTO HITOSHI MIZUNO
COMITE DE AUDITORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
 São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o

auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos

naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

Silbert Christo Sasdelli Júnior
 Contador CRC 1SP230685/O-0